

Spread cai e economia pode ir a US\$ 1 bi

O diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, informou ontem que o **spread** — taxa de risco acima dos juros básicos — cairá de 1,66 a 2 por cento ao ano para 0,8125 por cento na parcela aproximada de dois terços (45 bilhões de dólares) da dívida bancária brasileira de 67,6 bilhões de dólares, a partir do acordo com os bancos credores divulgado ontem. Para antecipar a formação da "massa crítica" do acordo, o Brasil vai pagar uma comissão extra de 0,375 por cento aos bancos que formalizarem a adesão, provavelmente, até o final de abril próximo.

A redução do **spread** alcançará toda a dívida bancária com aval da União, o que exclui cerca de 12 bilhões de dólares de créditos, por exemplo, à Petrobrás, Vale do Rio Doce, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo. O diretor do Banco Central até considerou conservadora a estimativa do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, de que o Brasil economizará 1 bilhão de dólares de **spread**, nos próximos três anos. Pelos cálculos de Eduardo de Freitas, essa economia poderá chegar a 500 milhões de dólares por ano.

Para garantir a adesão dos bancos ao acordo, o Brasil seguirá o exemplo da Argentina e pagará a comissão extra de 0,375 por cento para os credores anteciparem a participação no refinanciamento de 5,6 a 5,8 bilhões de dólares dos juros devidos de janeiro de 1987 a junho de 1989.

Após o desgaste da confiança no Brasil, causado pela moratória parcial de fevereiro de 1987, os negociadores brasileiros aceitaram a concessão do estímulo financeiro para quebrar as resistências ao acordo.

O diretor do Banco Central disse que será mais por cautela que o Brasil exigirá um empréstimo-ponte em abril, uma vez que naquele mês os juros devidos subirão para 1 bilhão de dólares — contra 200 milhões em fevereiro e 230 milhões em março. Com o empréstimo-ponte, o Brasil evita a ameaça de exaurir demais suas reservas cambiais, em abril. Em razão dos termos dos acordos anteriores de renegociação global da dívida, os juros estão concentrados no primeiro mês de cada trimestre e, em menor escala, em junho e dezembro (400 milhões de dólares). Existe também a previsão de que, após a assinatura do acordo no final de março, o Comitê de Assessoramento dos bancos, credores ainda precisará

de mais dois meses para fechar o "pacote".

NOVA RODADA

Definidos o montante do refinanciamento de juros e a redução do **spread**, a nova rodada de negociações que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, abre hoje, em Nova Iorque, passa a abranger quatro pontos básicos: reempréstimos dos recursos congelados no Banco Central das amortizações suspensas desde 1983, prazos dos 5,6 a 5,8 bilhões de "dinheiro novo", reescalonamento do principal a vencer até 1993 e jurisdição para eventuais pendências entre o Brasil e os credores.

Somente quando da assinatura do acordo, ficará definida a distribuição do refinanciamento de juros, por ano. Mas o Banco Central projeta a necessidade, para este ano, de superávit comercial de 11,5 bilhões de dólares, que não será difícil atingir, na opinião de

Eduardo de Freitas. Depois, para manter as reservas prontas acima de 4 bilhões de dólares, o Brasil precisará recuperar 1 bilhão de dólares de créditos de curto prazo, perdidos com a moratória e obter "dinheiro novo" do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e das agências governamentais.

Em duas parcelas — setembro e dezembro — o Brasil deverá sacar 700 milhões de dólares do FMI. Junto ao Banco Mundial, o País espera obter o desembolso normal de 1 bilhão de dólares e o fechamento de pelo menos um crédito setorial de 550 milhões de dólares saque ainda este ano. No momento, o Brasil negocia um financiamento de 500 milhões de dólares ao setor elétrico e outro de 500 milhões ao reordenamento do sistema financeiro. A primeira operação poderá ter desembolso integral, este ano e a segunda, de 250 milhões de dólares. O Banco Mundial também deve liberar de 125 a 250 milhões de dólares remanescentes de antigo financiamento ao setor agrícola e o Brasil pediu ainda 500 milhões de dólares para o seu comércio exterior.

Para o diretor da área externa do Banco Central, o fechamento do acordo com os bancos credores terá a contribuição fundamental de melhorar a atmosfera para o Brasil no exterior e abrir perspectiva para a contratação de créditos voluntários de curto prazo, no final do ano. "O fechamento das contas externas deste ano está bem encaminhado" — disse Eduardo de Freitas.

Condições do reescalonamento da dívida externa dos países da América Latina e Caribe com os bancos credores

	Acordos de 1984/85			Acordos de 1986/87		
	Spread	Prazo (anos)	Comissões	Spread	Prazo (anos)	Comissões
Argentina	1,44	11,5	0,15	0,81	17,6	—
Brasil	1,13	12,0	—	0,81	—	0,375
Costa Rica	1,66	9,4	1,00	—	—	—
Cuba	1,50	10,0	0,38	—	—	—
Chile	1,42	12,0	0,08	1,00	15,0	—
Ecuador	1,38	12,0	—	0,95	18,0	—
Honduras	1,32	11,0	0,88	—	—	—
México	1,33	14,0	—	0,81	19,0	—
Panamá	1,40	11,7	0,05	—	—	—
República Dominicana	1,38	13,0	—	—	—	—
Uruguai	1,38	12,0	—	0,88	17,0	—
Venezuela	1,33	12,5	—	0,88	14,0	—

FONTE: CEPAL — Comissão Econômica para América Latina e Caribe